

PERCEPÇÃO DO PROFESSOR QUANTO A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Bibiano Madrid*

Lisandro Ramos Feitosa**

Milena Lopes***

Sandra Mara Bessa Ferreira****

Ferdinando Oliveira Carvalho*****

RESUMO

O currículo escolar compõe a vivência de experiências previamente determinadas visando o alcance dos objetivos estabelecidos. O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção dos professores quanto à participação da comunidade escolar e local na construção do currículo escolar em escolas públicas e particulares do Distrito Federal localizadas na cidade satélite do Gama, Brasil. 53 questionários foram respondidos por professores em quatro escolas, sendo duas da rede de ensino particular e outras duas da rede pública. Os resultados mostraram haver pouca participação da comunidade escolar na construção do currículo escolar e conseqüentemente na formação do projeto político pedagógico. Conclui-se que currículo escolar não tem a participação da sociedade em todos os aspectos de sua construção.

Palavras-Chave: Currículo Escolar – Projeto Político Pedagógico – Comunidade Escolar.

.....
*Mestrando em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (UCB-DF);

**Professor Especialista em Educação Física Escolar da Rede pública Municipal do Rio de Janeiro (SME).

***Graduada em Educação Física pela UCB-DF.

****Professora do Curso de Pedagogia (UCB-DF). Mestre em Educação (UCB-DF).

*****Professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
Doutorando em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (UCB-DF).

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ação intencional, resultado de um trabalho coletivo, que deve apresentar as transformações e pensamentos do que é concreto, avaliar o que foi feito e projetar mudanças (NERI, 2001). Nesse sentido, pelo menos 7 elementos básicos devem ser apontados para a construção de um excelente PPP, que são: As finalidades da escola, a estrutura organizacional, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação e por fim o currículo escolar.

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim “*projectu*”, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano intento, desígnio. Plano geral de edificação (FERREIRA 1975, p.1.144). O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido COLETIVAMENTE. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da maior parte da população. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e é pedagógico quando a intenção é formar cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (VEIGA, 2002).

Buscar uma nova organização na escola constitui uma tarefa bastante árdua para os professores, pais, alunos, funcionários e a sociedade de uma maneira geral. Para Veiga (2002), a escola é o lugar de concepção, realização e a avaliação do seu projeto educativo, necessitando organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. É fundamental que a escola assuma as suas responsabilidades sem esperar as iniciativas das esferas superiores, porém é de suma importância boas relações entre escola e sistema de ensino.

O currículo escolar (CE), parte integrante do PPP, compõe a vivência de experiências previamente planejadas, com elementos culturais relevantes que permita aos indivíduos alcançarem os objetivos pré-determinados (DANTE & TINÉ, 2004). A organização curricular não expressa somente a ideologia da escola, como a realidade cultural em que ela está inserida. A determinação do conhecimento escolar implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular, isso porque o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado (VEIGA, 2002).

A construção do CE é uma construção social do conhecimento. A transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõe uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (VEIGA, 2002).

A tematização da prática e o compartilhar de conhecimentos são ações que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo, criando condições para que o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos. Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se constitua como unidade educacional no qual são expressas as teorias e os saberes que sustentam a prática pedagógica. Esse processo tece a unidade do projeto educativo que embora traduzida pelos diferentes indivíduos do coletivo, parte de princípios comuns (BRASIL, 1998).

O currículo diz respeito à vida das pessoas envolvidas, estabelecendo uma íntima ligação entre escola e comunidade. Portanto, a escola não pode estar distante da comunidade e esta não pode estar isolada do mundo, sugerindo uma articulação entre o CE e o currículo comunitário. O CE não pode se

descontextualizar com a realidade sócio-cultural da comunidade na busca por formar cidadãos autônomos e ativos na construção de suas vidas (DANTE & TINÉ, 2004).

Além disso, o professor exerce uma função fundamental na construção do CE, uma vez que é o elemento de ligação entre o contexto interno, escola, contexto externo, sociedade, conhecimento dinâmico e o aluno. Porém, poucos estudos de caráter científico a respeito da participação da comunidade escolar na criação do CE são encontrados. Portanto, o objetivo do presente estudo foi verificar a percepção dos professores quanto à participação da comunidade escolar e local na construção do CE em escolas públicas e particulares do Distrito Federal localizadas na cidade satélite do Gama, Brasil.

Metodologia

Para a realização do estudo foi utilizado um questionário (Anexo 1), contendo 11 questões, sendo 3 abertas e 8 fechadas que exploravam itens como: tendência pedagógica da escola, construção do PPP e do CE, bem como, a participação da comunidade escolar e a forma de participação. Neste estudo, limitamo-nos a utilizar os dados referentes ao CE. O questionário utilizado foi criado pelos autores.

A aplicação do questionário aconteceu na cidade satélite do Gama - DF a professores do Ensino Médio, somando um total de 53 questionários respondidos. Foram investigadas duas escolas da rede de ensino particular (n = 25) e duas escolas da rede pública (n = 28).

Foi utilizado o horário de intervalo dos professores para a aplicação dos questionários, que se iniciou com a apresentação dos objetivos e dos benefícios da participação no estudo. Em seguida, foram entregues os questionários, os professores foram observados durante o preenchimento e instruídos a não discutirem respostas entre si enquanto estivessem com os questionários em mãos.

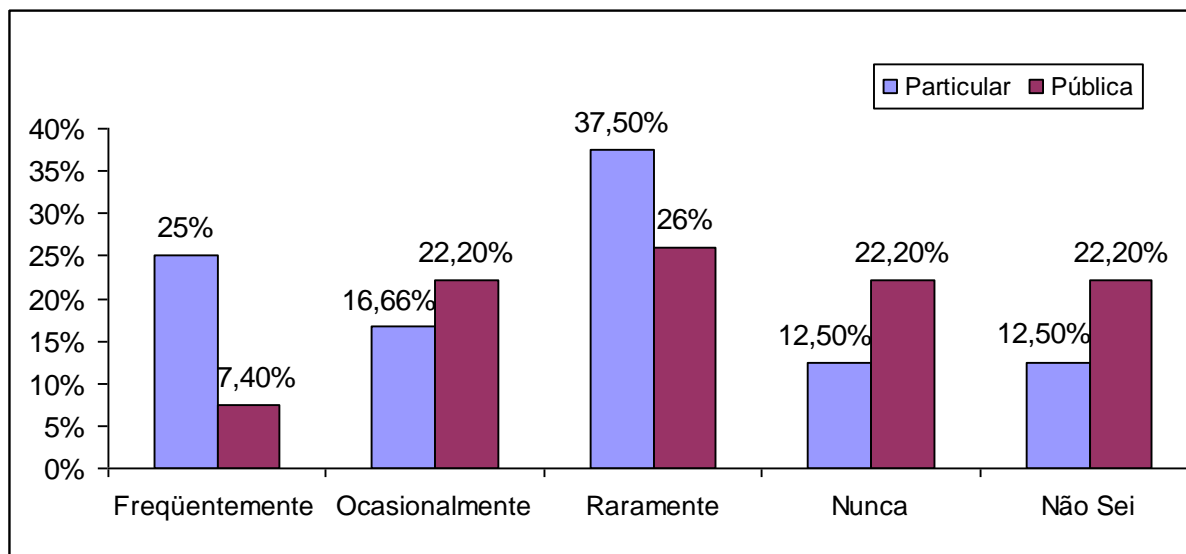
Foi utilizado o Excel para tabulação dos dados e para fazer as freqüências de cada resposta do questionário.

Resultados

A freqüência com que o CE é discutido com a comunidade escolar está exposta no gráfico 1, observando-se que 7,40% e 25% dos educadores das escolas públicas e particulares, respectivamente, afirmam ser freqüentemente discutido, o que aponta enorme disparidade entre as diferentes realidades administrativas das escolas.

Por outro lado, se somarmos as freqüências de raramente e nunca, podemos observar que 50% das particulares e 48,2% das públicas se quer tem contato com o PPP das escolas. É perceptível que a união dos docentes e comunidade na construção do PPP e os estudos freqüentes sobre o que ali está escrito parece não ocorrer nessas escolas.

Gráfico 1: Frequência com que o Currículo Escolar (CE) é discutido com a comunidade escolar entre escolas particulares e públicas



Os resultados gerais do presente estudo, que estão relatados na tabela 1 nos permitem observar o quanto os docentes ficaram em dúvida quanto à própria participação na construção do currículo escolar nas escolas particulares, sendo assinalado por 36% a opção muito representativa ao passo que outros 36% assinalaram a opção pouco representativa. Nas escolas públicas, este dado foi de 21,43% para muito representativa e 42,67% para representativa.

Tabela 1: Percepção dos educadores acerca da participação das seguintes populações na construção do CE (valores em %)

	Comunidade local		Corpo técnico-administrativo		Docentes		Alunos		Pais	
	Part.	Púb.	Part.	Púb.	Part.	Púb.	Part.	Púb.	Part.	Púb.
MR	-	-	8	-	36	21,43	4	-	4	-
R	4	7,15	32	14,81	24	42,67	24	17,85	24	10,71
PR	36	42,86	24	51,85	36	25	40	32,14	36	35,72
N	44	39,28	16	25,92	4	7,15	24	39,28	28	42,86
NS	16	10,71	20	7,42	-	3,75	8	10,73	8	10,71

Part. = particular; Púb. = Pública, MR=Muito representativa, R= Representativa, PR= Pouco representativa, N = nenhuma, NS = não sei

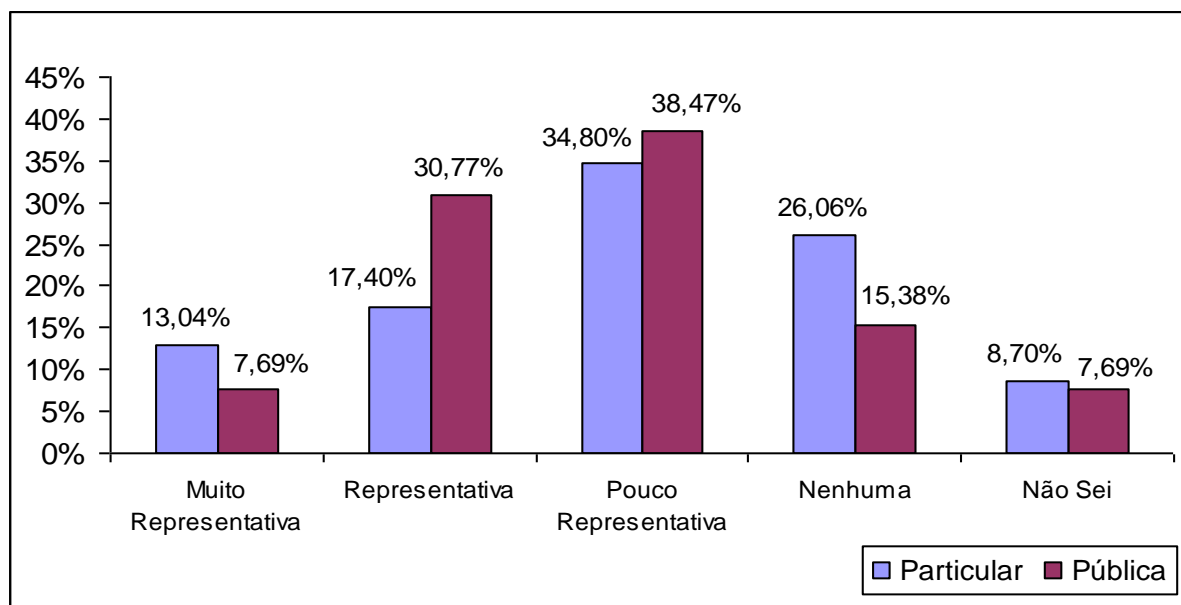
Quanto à participação do corpo técnico-administrativo, na rede pública com um número bastante significativo dos professores (51,85%) consideraram a participação pouco representativa e nenhum deles marcou a opção muita representativa. Nas particulares, a maioria (32%) considerou representativa.

É relevante destacar que nas escolas públicas a resposta de Muito Representativa (MR) não teve contribuição de nenhuma das populações (Comunidade local, corpo técnico administrativo, alunos e pais) na construção do CE, exceto dos professores. Isso demonstra o desequilíbrio da participação da sociedade na elaboração conjunta do material associado ao PPP.

Em ambos os perfis escolares (particulares e públicas), mais de 50% (Σ PR e N) da participação da comunidade, corpo técnico-administrativo, alunos e pais, exceto docentes, parecem realmente não contribuírem de maneira significativa na construção do CE e conseqüentemente no PPP.

Na questão referente à participação da comunidade local na construção do CE, não houve nenhuma resposta que indicasse a opção muito representativa e poucos relataram a opção representativa, 4% na particular e 7,15% na pública. Professores da rede pública e particular com 38,47% e 34,80%, respectivamente, afirmaram ser pouco representativa à parte do CE dedicada à realidade local (Gráfico 2).

Gráfico 2. Diversificação do currículo dedicada à realidade local



Na opinião de 56% dos docentes das escolas particulares, a participação da comunidade escolar nas discussões a respeito da construção do CE e do PPP se dá em reuniões, o que também foi afirmado pelos professores das escolas públicas com 56,52% do total. Dos docentes das escolas particulares, 28% colocaram que a comunidade escolar não participa dessas discussões e 21,74% dos professores das escolas públicas afirmaram que a comunidade escolar participa através do Conselho Escolar.

DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo trazem várias questões à tona: É possível melhorar educação do país? Qual é o real nível da nossa educação? Aonde vamos chegar? As variáveis apontadas para explicar o mau desempenho da educação no Brasil são muitas: financiamento, situação socioeconômica e cultural dos educandos e da população em geral, formação dos professores, participação da comunidade e da família na escola, gestão, organização, entre outras (TAFFAREL, LACKS & SANTOS JÚNIOR, 2006).

É relevante relatar uma reportagem publicada na Folha de São Paulo (2005, p.A2), onde diz: “Ou o Brasil decide tornar a educação uma prioridade real, e não apenas uma retórica, ou a falta de educação continuará causando grandes danos ao país”. Associado a isso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou uma pesquisa em 2003 e demonstrou uma preocupação com o futuro da profissão do docente, que é cada vez mais escassa. O estudo mostrou que 53,1% dos professores em atividade estavam na faixa etária dos 40 aos 59 anos e 38,4% tinham entre 25 e 39 anos. Só 2,9% se encontravam na faixa etária de 18 a 24 anos.

Embora o CE pareça ser discutido com pouca frequência nas escolas privadas e públicas (25% e 7,40%, respectivamente, gráfico 1), a ação dos professores somando a opção muito representativa e representativa, nos mostra um dado consistente de 64,10% na pública e 60% na particular de participação dos professores na construção do CE, sugerindo que embora pouco discutido com a comunidade escolar em geral, os docentes participam mais efetivamente da construção do CE.

Para André (2001, p. 188) o PPP não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve expressar a reflexão, e o trabalho realizado em conjunto por todos os funcionários da escola e sociedade, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de educação, bem como às necessidades locais e específicas da escola. Além do que é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de uma educação de qualidade.

Os resultados de 36% para participação representativa e de 36% para participação pouco representativa na construção do CE em escolas particulares, exposta na tabela 1, permitem-nos presumir que muito vai do interesse do profissional em participar de tal discussão e construção pedagógica, por isso, o conflito de opiniões.

Sabemos das dificuldades de implantação de uma política de autogestão democrática nas escolas e embora essas dificuldades sejam conhecidas, há uma vertente que tenta implantar este procedimento, como encontrado nas escolas públicas de Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do Recife. Os resultados e depoimentos encontrados vão de encontro aos verificados em nosso estudo como elucida o depoimento de um professor daquela instituição:

“Serve para que a gente trabalhe dentro das metas e objetivos que queremos atingir, quer dizer, serve para organizar, de fato, a escola. Todo mundo trabalhando e sabe por que e para que estamos trabalhando, qual a meta que queremos atingir com aquele trabalho (...) foi elaborado por todo mundo da escola, professores, serviços gerais, alunos, todo mundo participou” (MARQUES, 2003).

Mendes (2007), em pesquisa realizada em uma escola municipal da zona norte de Manaus, investigou 10 professores do ensino fundamental e encontrou participação nenhuma da comunidade na construção do PPP e do CE. Em nosso estudo, quando os docentes foram questionados quanto à participação da comunidade na elaboração CE, que faz parte do PPP, nenhum relatou participação muito representativa, representativa 4% na particular e 7,15% na pública, 36% e 42,86% pouco representativa, respectivamente. Esses dados nos levam a crer que a realidade de lá não é muito diferente do DF, embora os resultados obtidos em nosso estudo mostrem uma realidade um pouco melhor.

Malheiro (2005), em estudo percorrendo 9 escolas do município do Rio de Janeiro, encontrou dificuldades na formação democrática do PPP, devido à frustração e desânimo por parte dos professores, provocados pela falta de recursos pedagógicos e humanos, assim como a falta de um ambiente escolar adequado. Esta estagnação parece ser realidade de muitos ambientes escolares.

Os dados apresentados no gráfico 2 nos dão a noção da “magra” participação da comunidade local, ou por falta de interesse, ou por não ter a oportunidade de ser chamada para o ambiente escolar. Observa-se que vivemos em um marasmo ideológico, em que as pessoas ficam esperando atitudes do governo ao invés de se organizarem para se beneficiar de uma caracterização da escola que possa oportunizar um futuro promissor aos seus jovens.

Como alternativa para estes dados da educação, há o trabalho do Instituto Paulo Freire na consolidação do “Projeto Escola Cidadã”, buscando fortalecer autonomamente a formação do PPP. Este projeto visa formar o cidadão para controlar o mercado e o Estado, emancipando-se e não sendo dominado por ele. Nesta característica de organização escolar, o CE deve corresponder à orientação do PPP (GADOTTI, 2000).

É importante destacar que o PPP está fundado em alguns princípios que deverão nortear a escola democrática:

- 1- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- 2- Qualidade não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais.
- 3- Gestão democrática é um princípio consagrado pela constituição vigente.
- 4- Liberdade é um princípio constitucional e está associada à autonomia.
- 5- Valorização do magistério é um princípio central na discussão do PPP: qualidade do ensino na escola pode formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural de um país.

Sugerimos estudos mais aprofundados em populações maiores e em outras regiões do Brasil, com um contexto social diferente do visto nas escolas do Gama – DF. Partindo desse pressuposto, acreditamos que a não participação da comunidade na confecção do currículo escolar e, por conseguinte, do Projeto Político Pedagógico, possa ser um problema recorrente em nível nacional, uma vez que verificamos na revisão de literatura desse estudo, a visão das diferentes populações envolvidas no processo de construção do CE e PPP, estando elas em situação parecida, porém em localidades diferentes.

Como forma de disseminação dos conhecimentos referentes à educação física escolar, as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos profissionais, devem assumir seu papel de capacitação responsável, oferecendo, ao mercado de trabalho, profissionais qualificados, que mais à frente serão mediadores da aprendizagem de alunos que construirão a história do país.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados encontrados no presente estudo quanto ao envolvimento da comunidade em geral na confecção do Currículo Escolar, em escolas localizadas no Gama - DF, tanto públicas quanto particulares, encontram-se muito longe de uma construção democrática satisfatória, e conseqüentemente muito aquém do que se espera de instituições educacionais que oportunizem ao aluno a aprendizado e emancipação, com conseqüente domínio do mercado e do Estado, ao invés de ser dominado por ele como vemos atualmente.

O currículo escolar é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M.E.D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN: Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs). **Ensinar a ensinar**. São Paulo, 2001.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Retrato da Escola 2: A realidade sem retoques da Educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=60>. Acessado em: 09 set. 2010. 2001.
- DANTE; TINÉ, S. Z. S. **Currículo, escola e comunidade: relações e possibilidades**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/cp/>>. Acessado em: 05 jun. 2007. 2004.
- FERREIRA, A.B.H. Novo dicionário da língua portuguesa. **Rio de Janeiro, Nova Fronteira**, 5 ed., p. 1.144, 1975.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 3 out. 2005. Editorial. P. A2.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000.
- MALHEIRO, J. Projeto Político-Pedagógico: Utopia ou Realidade? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.46, p. 79-104, jan./mar. 2005.
- MARQUES, L. R. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 577-597, agosto 2003.
- MENDES, M. G. S. O projeto político - pedagógico na perspectiva do gestor: um olhar sobre a organização escolar. **Pedagogia On-line**. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=948>>. Acessado em: 08 jun. 2007. 2007.
- NERI, M. C. S. **Projeto Político Pedagógico uma prática educativa em construção**. Universidade da Amazônia. Belém. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/PROJETO_POLITICO.pdf>. Acessado em: 08 set. 2010. 2001.
- TAFFAREL, C.Z.; LACKS, S.; SANTOS JÚNIOR, C.L. Formação de professores de educação física: Estratégias e táticas. *Motrivivência*, n.26, p.89-111, 2006.
- VEIGA, I.P. A. **O Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. 14ª ed. Campinas, Papyrus, 2002.